



## Análise textual dos discursos: a responsabilidade enunciativa em textos de alunos iniciantes de Letras

Julianne Pereira dos Santos<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Resumo:** Este trabalho é um recorte de um projeto maior intitulado *Análise Textual dos Discursos*, que vem sendo realizado no âmbito das disciplinas *Leitura e Produção de Textos I e II*. O projeto é coordenado pela Professora Maria das Graças Soares Rodrigues. Sua origem decorre da propalada dificuldade que o aluno da graduação em Letras tem para escrever. Nesta direção, o projeto foi pensado para subsidiar os alunos iniciantes no que concerne à interpretação de textos, à construção de sentidos e à compreensão dos efeitos de sentido, a fim de que os alunos possam desempenhar o papel de interlocutores, realmente, interativos. Para tanto, seguimos a *Análise Textual dos Discursos*, de acordo com Adam (2008). Assim, estabelecemos como objetivos identificar, descrever e analisar textos produzidos por alunos iniciantes do Curso de Letras, no que diz respeito à responsabilidade enunciativa. Buscamos responder as seguintes questões: o aluno assume a responsabilidade pelo que enuncia? O aluno faz remissões a(s) outra(s) fonte(s) do saber? O projeto segue a abordagem qualitativa de natureza interpretativista. O corpus se constitui dos textos produzidos pelos alunos do 1º e 2º períodos de Letras de 2009 e por alunos do 1º período de Letras 2010 da UFRN. Os gêneros discursivos utilizados são: fichamento, resumo, relatórios de observação e artigos científicos. Como resultados, identificamos uma variação na própria organização do gênero, de aluno para aluno, assim como os dados revelam, no que diz respeito à responsabilidade enunciativa que há uma tendência do aluno a indicar com recorrência outras fontes do saber.

**Palavras-chave:** Análise Textual dos Discursos, responsabilidade enunciativa, gêneros discursivos acadêmicos.

**Abstract:** This work is a snip of a larger project entitled *Textual Analysis of Discourses*, which has been undertaken in the disciplines *Reading and Writing I and II*. The project is coordinated by Professor Maria das Graças Rodrigues Soares. Its origin stems from the purported difficulty that the grad student in Letters has to write. In this direction, the project was thought to support beginning students regarding the interpretation of texts, the construction of meaning and understanding of the effects of sense, so that students can play the role of interlocutors really interactive. To this end, we follow *Textual Analysis of Discourses*, according to Adam (2008). Thus, we established as objectives identify, describe and analyze texts produced by beginning students of the Letters course, regarding the “responsabilidade enunciativa”. We seek to answer the following questions: the student assumes responsibility for what enunciate? The student makes remissions to other sources of knowledge? The project follows the qualitative approach of interpretive nature. The corpus is constituted of the texts produced by students of the 1st and 2nd periods of Letters, 2009 and by students of the 1<sup>st</sup> period of Letters, 2010 (UFRN). The genres used are: book report, abstract, scouting reports and scientific articles. As results, we identified a variation in the organization of genre, from student to student, as well as the data reveal, regarding the “responsabilidade enunciativa” that there is a tendency of the student to indicate other sources of knowledge recurrently.

**Keywords:** *Textual Analysis of Discourses*, “responsabilidade enunciativa”, academic genres.

---

<sup>1</sup> juliannepsantos@yahoo.com.br



## 1. Introdução

É fato que o conhecimento científico cresce a cada dia. O crescimento da globalização e os avanços nos meios de comunicação fazem com que as descobertas científicas estejam cada vez mais rápidas, e, o que é ainda melhor, mais acessíveis. Um elemento importante para esse acesso mais fácil é o diálogo constante entre cientistas que buscam atualizar seus conhecimentos. É por meio desses diálogos, dessa troca de experiências, que os conhecimentos produzidos na universidade têm chegado mais rápida e efetivamente à comunidade, unindo teoria e prática, ou ensino, pesquisa e extensão. Esse diálogo acontece, sobretudo, por meio dos gêneros que circulam na academia que, normalmente, são publicados em anais de eventos ou periódicos especializados, principalmente os artigos científicos. A produção desses determinados gêneros, como qualquer atividade de escrita, não é fácil e requer empenho e alguma técnica. Para alguém que nunca teve acesso é ainda mais complicado e demanda ainda mais esforço e dedicação. Ao ingressar na universidade, o aluno iniciante se vê exposto a diferentes gêneros dessa esfera. Esses textos fazem parte de “uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída” (BAKHTIN, 1992) e a maioria dos ingressantes não tem um conhecimento prévio deles, o que torna sua produção ainda mais difícil. Pensando assim, questionamo-nos: Ao começar a produzir esses gêneros, cada um com suas características, como se comporta o aluno em relação à responsabilidade enunciativa? Ocorre recorrência a outras fontes do saber? O aluno assume o que enuncia, opinando sobre o que se tem estudado? Isso difere de gênero para gênero? Objetivamos, neste trabalho, mostrar como acontece essa (não) assunção dos enunciados em trabalhos de alunos iniciais do curso de Letras. Como aporte teórico, subsidiamo-nos na *Responsabilidade Enunciativa* de Jean-Michel Adam (2008) e na definição de Gêneros Discursivos desenvolvida por Bakhtin (1992). Usamos também os trabalhos desenvolvidos por Motta-Roth e Hendges (2010) e Rodrigues (2009) e (2010). O corpus constitui-se de textos de diferentes gêneros acadêmicos, como relatórios de observação, resenhas, fichamentos e artigos científicos, produzidos por alunos do 1º e 2º períodos do curso de Letras da UFRN. Não é nosso objetivo nessa análise mostrar as definições e peculiaridades de cada gênero utilizado e sim apontar como os alunos se comportam em relação à responsabilidade enunciativas na produção



acadêmica, mas, ao longo da análise do *corpus*, surgirão algumas características desses gêneros que precisarão ser delineadas, já que os mesmos são o nosso objeto de análise.

## 2. Fundamentação Teórica

### 2.1 Gêneros discursivos acadêmicos

Sabemos que, em qualquer atividade comunicativa, em qualquer instância, fazemos uso de gêneros discursivos, que Bakhtin (1992) conceitua como tipos relativamente estáveis de enunciados em relação ao estilo, conteúdo temático e construção composicional. Isso não é diferente na universidade, que conta com o seu próprio “conjunto” de gêneros. Os gêneros dessa esfera, denominados acadêmicos, assim como todos os gêneros discursivos, possuem suas peculiaridades referentes a esses elementos elencados por Bakhtin. É próprio da Academia cobrar esses gêneros aos estudantes e essa cobrança, por ser a universidade a fonte primordial do conhecimento científico, é uma das mais rigorosas e exigentes. É próprio da universidade realizar trabalhos que permitam que seus alunos desenvolvam, além de um posicionamento crítico, uma maior competência de leitura e escrita e de construção de sentidos, sendo essa escrita padronizada nos gêneros supracitados. Esses gêneros, além de serem instrumentos de avaliação utilizados em sala de aula, são também um veículo do discurso científico, servindo “como uma via de comunicação entre pesquisadores, profissionais, professores e alunos de graduação e pós-graduação”. (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 65).

Ainda para Motta-Roth e Hendges (2010, p. 22), “redigir, no contexto da universidade, é produzir textos acadêmicos com objetivos muito específicos”. Esses objetivos e o tema do texto/pesquisa são, normalmente, conhecidos do público-alvo para quem esses textos são escritos. O produtor de um texto acadêmico, geralmente, embasa-se em pesquisas anteriores para dar suporte ao tema proposto. Concomitantemente, faz-se necessário que o enunciador contribua, por meio de suas próprias considerações, com o que já foi elaborado até hoje em termos de pesquisa, tornando, assim, o seu trabalho relevante. Dessa maneira, o produtor faz



não só uma revisão de toda a literatura do tema tratado, como também mostra as lacunas deixadas por pesquisas anteriores e que o seu trabalho tenta preencher.

Nesse sentido, percebe-se que não é fácil, principalmente para quem está ingressando nesse universo, seguir todas as particularidades dos gêneros acadêmicos, atender aos seus propósitos e, ainda, expor um posicionamento sobre determinado tema, assumindo os enunciados presentes nos textos.

## 2.2 Responsabilidade Enunciativa

A responsabilidade enunciativa, trazida por Adam (2008), consiste na assunção ou não do que é dito por parte do enunciador. A partir dessa noção, é possível definir de quem é a voz em determinado enunciado; se pertence ao produtor (autor físico do texto), a outro enunciador, a uma visão do senso comum, já cristalizada no imaginário social, ou ainda se é um ponto de vista anônimo. Para o autor, a responsabilidade enunciativa (ou ponto de vista) pode se materializar indicando: (1) mediação epistêmica, quando uma zona textual depende de uma zona do saber e (2) mediação perceptiva, que, segundo o autor, “repousa numa focalização perceptiva (ver, ouvir, sentir, tocar, experimentar) ou numa focalização cognitiva (saber ou pensamento representado)”. Em relação ao ponto de vista anônimo, citado anteriormente, normalmente materializado na terceira pessoa do singular com a adição da partícula *se*, Rodrigues (2010) diz

poderá ser um tipo de mediação perceptiva, dependendo do valor semântico da forma verbal que esteja na terceira pessoa do singular. Ressaltamos que nem toda forma verbal na terceira pessoa do singular implicará um PdV [ponto de vista] anônimo, isso vai depender do contexto, da representação discursiva que será interpretada, construída, compreendida. (grifo nosso)

Pensando nesse “hibridismo” do ponto de vista anônimo, não focalizamos essa categoria em nossa análise, concentrando-nos na mediação epistêmica e perceptiva, explicitadas acima. Consideramos também a categoria do “locutor-narrador-enunciador”<sup>2</sup>, que assume a responsabilidade pelo que é enunciado, posicionando-se no texto.

---

<sup>2</sup> Termo cunhado pelo grupo “Análise Textual dos Discursos” da UFRN



Segundo Adam (2008, p. 117), “o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição de ser marcado por um grande número de unidades da língua”, como os índices de pessoas, os dêiticos espaciais e temporais, os tempos verbais, as modalidades, os diferentes tipos de representação da fala, as indicações de quadros mediadores, os fenômenos de modalização autonímica e as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados.<sup>3</sup> Tentaremos, em nossa análise, mostrar, a partir dessas unidades da língua, como se assume ou não a responsabilidade enunciativa.

Considerando as diferentes vozes presentes em um enunciado, Adam (2008, p. 109) menciona que

toda proposição-enunciado compreende dimensões complementares às quais se acrescenta o fato de que não existe enunciado isolado: mesmo aparecendo isolado, um enunciado elementar liga-se a um ou a vários outros e/ou convoca um ou vários outros em resposta ou como simples continuação.

Sob esses aspectos, percebemos que a identificação e análise da responsabilidade enunciativa nem sempre é clara e objetiva, já que todo enunciado é primordialmente dialógico e polifônico.

### 3. Análise do corpus

Nossa análise pretende não ser puramente textual, mas, seguindo a Análise Textual dos Discursos, pretendemos levar em consideração a “produção co(n)textual de sentido” (ADAM, 2008, p. 23) e analisar toda a construção de sentidos advinda das escolhas lexicais de cada produtor em cada gênero, já que todas as palavras já possuem uma carga semântica própria, que pode ser ampliada ou subvertida de acordo com o contexto. Durante a análise do *corpus*, verificamos que a assunção da responsabilidade enunciativa por parte dos alunos iniciantes do curso de Letras varia de acordo com o gênero produzido. Há, sobretudo, uma confusão sobre as especificidades de cada gênero acadêmico, seu estilo, conteúdo temático e construção composicional. Nas resenhas, por exemplo, que pressupõem uma atitude crítica de quem escreve, ou seja, a assunção da responsabilidade enunciativa à medida que o autor se

---

<sup>3</sup> Para uma exemplificação detalhada dessa categorização, cf. Adam (2008).





mostra no texto, muitas vezes isso não ocorre, o que acaba por deixar o gênero resenha com as características de um resumo, como ocorre na resenha 1:

Resenha 1 – De acordo com os linguistas Ducrot, Anscombre e Vogt, a argumentação é um ato imanente à linguagem. [...]

A autora explana que se trata de um único enunciado, resultante de um só ato de fala [...] (grifo nosso)

Como podemos observar, o produtor recorre à mediação epistêmica ao usar o modalizador “de acordo com” e ao afirmar que “a autora explana” (termos sublinhados), distanciando-se dos fatos reportados e creditando a responsabilidade a outrem. Dessa maneira, acaba não produzindo uma resenha com seu principal componente – a avaliação, deixando o gênero “incompleto”, por assim dizer.

A maioria das resenhas analisadas, porém, mesclam a assunção da responsabilidade enunciativa com a mediação epistêmica, descrevendo os pontos principais do texto resenhado, contextualizando o tema, avaliando o texto como um todo e recomendando (ou não) a sua leitura. Para exemplificar, segue a resenha 2:

Resenha 2 – *Ao longo da nossa vida escolar, e também, ao longo da nossa vida acadêmica, muitas vezes nos deparamos com a questão argumentativa.* [...]

Já afirmava Ducrot que a língua dispõe de mecanismos próprios que são responsáveis pela sua infra-estrutura. *Ele não estava precipitado.* (grifos nossos)

No exemplo citado, há a assunção da responsabilidade enunciativa quando o enunciador faz uso dos índices de pessoas, como os pronomes possessivos “nossa” e construções na primeira pessoa do plural (expressões em *itálico*). Percebemos uma mistura de posicionamentos no segundo período, quando o produtor mostra uma afirmação de Ducrot e comenta a mesma, dizendo que “ele não estava precipitado” ao fazer aquela constatação, avaliando a declaração do autor e, desse modo, deixando claro o seu ponto de vista.

No que diz respeito aos fichamentos, há uma predominância da recorrência à mediação epistêmica, o que demonstra que os alunos iniciantes apenas citam as passagens do texto fichado, sem tecer nenhum comentário sobre os trechos escolhidos. Tal fato é bastante compreensível, já que o fichamento é um gênero muito híbrido e existe em diferentes categorias, como de citação, de comentário, de resumo, bibliográfico, esquemático etc. Em relação ao *corpus* analisado, a orientação dada aos alunos foi a de que eles podiam comentar



as passagens que consideraram as idéias centrais do texto, ocorrência que pouco aconteceu. O excerto abaixo é um exemplo de fichamento apenas com citações:

Fichamento 1 - “Diferentemente dos outros quatro tipos de sequência, a descrição não comporta uma ordem de agrupamento das proposições-enunciados em macroproposições ligadas entre elas. Tem, por isso, uma frágil caracterização sequencial. Da Antiguidade aos nossos tempos, a descrição foi depreciada e pulverizada em subcategorias: descrição de pessoas, (...) de coisas, lugares, (...) tempo, (...) animais e plantas. [...]” (p. 215)

“[...] Uma narrativa que é constituída somente por uma simples enumeração de uma sequência de ações e/ou eventos possui um baixo grau de narrativização. [...]” (p. 224)<sup>4</sup>

Entretanto, mesmo nos fichamentos, existem algumas ocorrências (mesmo que escassas) em que a responsabilidade enunciativa é assumida. Segue o exemplo:

Fichamento 2 – “Chegando nesse ponto, Jean-Michel Adam afirma que a extensão da descrição pode ser feita com qualquer outra das operações (...) Também faz uma *breve* explanação a respeito do descrever perceptual.”

*“Um ponto interessante* citado a respeito das sequências: “Não é possível definir nenhuma regra de segmento própria as sequências[...]” (Jean-Michel Adam, p. 226)<sup>5</sup> (grifos nossos)

Percebemos no exemplo acima que, mesmo usando a voz do outro, o autor do texto se faz presente pelo uso dos adjetivos “breve” e “interessante” (marcados em itálico) que demonstram o seu próprio ponto de vista e a sua participação em relação ao que está sendo relatado.

Já nos relatórios de observação<sup>6</sup>, por se tratar de um gênero em que o enunciador precisa, necessariamente, se expor em relação ao que foi observado, é maciça a presença do locutor-narrador-enunciador, assumindo a responsabilidade da enunciação. É o que acontece nos trechos abaixo:

Relatório 1 – “O problema encontrado de início foi a falta de interpretação de textos, mas isso logo foi resolvido antes de eu fazer o relatório. O problema da

<sup>4</sup> As aspas, números de páginas, colchetes e parênteses estão de acordo com o que consta no *corpus*, por isso não foram retirados.

<sup>5</sup> Idem nota de rodapé 5.

<sup>6</sup> Os alunos produziram esse gênero após observações de aulas de Língua Portuguesa em escolas estaduais e municipais de Natal-RN.



sala de 9º foi a má adaptação dos alunos quanto aos métodos do novo professor (...)"

Relatório 2 – “Os dados apresentados no gráfico acima são muito interessantes, pois é possível ter uma visão ampla de vários fatores que interferem no aprendizado.”

No relatório 1, se o produtor relata que a falta de interpretação de textos foi um problema, percebe-se claramente a sua compreensão pessoal. Além disso, notamos o engajamento do enunciador ao fazer uso do pronome de primeira pessoa “eu” e do adjetivo “má”, caracterizando a adaptação dos alunos em relação à metodologia adotada. No relatório 2, há também a presença de adjetivos que marcam o comprometimento do autor com o que é enunciado, como “interessantes” e “ampla”. Encontramos também no relatório 2, uma construção que, estruturalmente, pertenceria à categoria do PDV anônimo, representado pelo verbo em terceira pessoa junto à partícula apassivadora *se*: “Pelo gráfico acima, **percebe-se** que a maioria dos pais dos alunos tem ensino médio completo e superior completo (...)” [grifo nosso]. Entretanto, como o relatório de observação é intrinsecamente ligado à assunção da responsabilidade enunciativa e como não levamos em consideração o PDV anônimo pelas poucas ocorrências encontradas, consideramos o excerto também um comprometimento do enunciador, assumindo a responsabilidade pelo que é dito, já que é uma experiência subjetiva da análise dos dados inseridos no gráfico (percepção).<sup>7</sup>

No que concerne aos artigos científicos analisados, como acontece na maioria dos exemplares desse gênero, há seções em que os autores fazem remissão a outras vozes, como é o caso da “Fundamentação teórica” ou “Revisão da Literatura”, nas quais são apresentados os autores que embasam aquela pesquisa e/ou as pesquisas anteriores da mesma temática. Nessas seções, necessariamente, é creditada a responsabilidade pelo que é enunciado a outras fontes do saber. Já em seções como “Introdução/Considerações Iniciais”, “Análise do Corpus”, “Resultados e Discussão” e “Conclusão/Considerações Finais”, novamente o enunciador se mostra e assume o seu ponto de vista. Há ainda seções compostas apenas por descrição, sem um posicionamento explícito, como é o caso da seção “Metodologia”. O artigo, que é a principal ponte entre o que se produz na universidade e a comunidade científica, precisa realmente dessa mescla de vozes para ser completo, já que uma pesquisa sempre dá suporte a outra, emprestando uma voz de autoridade e posicionamento intelectual ao texto (MOTTA-

---

<sup>7</sup> Cf. Rodrigues (2010)





ROTH; HENDGES, 2010), mas, ao mesmo tempo, o autor do artigo precisa também mostrar as contribuições da sua pesquisa para o conhecimento científico. Para exemplificar, seguem dois fragmentos de duas seções citadas anteriormente (Fundamentação Teórica e Considerações Finais, respectivamente):

Segundo Oswald Ducrot a argumentação é um ato lingüístico fundamental, um elemento estruturante do discurso, ou seja, está dentro da própria língua. Para ele as próprias frases são argumentativas, o que distancia ainda mais a idéia da lógica clássica. Ainda no estudo da argumentação e compreendendo-a como atividade organizadora do discurso, Koch classifica os operadores argumentativos em: Operadores conclusivos; comparativos; de refutação e de coordenação. [grifos nossos]

Como não podia deixar de ser, há no fragmento acima uma recorrência à mediação epistêmica, ou seja, uma remissão a fontes do saber, com a utilização do modalizador “segundo” e a expressão “Koch classifica” (trechos sublinhados).

A realização deste trabalho *permitiu concluir* que uma argumentação *bem dominada é fundamental* para conseguir mudar o pensamento de alguém. É *importante* comentar que, sem as regras, seria quase *impossível* um enunciador convencer, *satisfatoriamente*, seu interlocutor ou quem quer que seja. Com isso, *fica claro* que a argumentação precisa ser coerente com o que o emissor quer transmitir e com a compreensão do receptor que a recebe. Assim, para se conseguir convencer alguém *é necessário* o bom domínio do assunto que se vai abordar.

Mais uma vez, é clara a presença do locutor-narrador-enunciador no excerto acima, por meio dos termos marcados em itálico, principalmente os adjetivos como “fundamental”, “necessário”, “importante” e advérbios como “bem” e “satisfatoriamente”. No artigo científico, é importante que essas seções mais “subjetivas” sejam realmente repletas do estilo individual do produtor, deixando uma marca pessoal numa tentativa não só de assumir a responsabilidade enunciativa pelo que é dito, mas também (e principalmente) demonstrar o quanto a pesquisa é relevante para aquela área e para aquele tema. É uma maneira também de o autor começar a ser reconhecido, criando um certo *status* no meio acadêmico.

#### 4. Considerações finais

Os resultados apontaram uma variação na própria organização do gênero, de aluno para aluno, assim como os dados revelaram, no que diz respeito à responsabilidade enunciativa, que há uma tendência do aluno a indicar com recorrência outras fontes do saber.



Percebemos que a assunção da responsabilidade enunciativa difere de acordo com o gênero produzido e isso se deve, em grande parte, às particularidades do gênero e o que ele “pede” do seu produtor. As resenhas, por exemplo, exigem um posicionamento crítico de seu autor, pois ele deve avaliar o que está sendo resenhado, ocasionando assim um comprometimento com o que está sendo resenhado e, por consequência, a assunção da responsabilidade enunciativa. Já no fichamento isso acontece de maneira diferente, já que uma fichamento de citação, por exemplo, não demanda uma participação efetiva do autor. Ele só precisa selecionar as partes principais do texto fichado e colocá-las no papel, sem um comentário ou uma reflexão explícita.

Observamos também que, na maioria dos trabalhos analisados, há a predominância da mediação epistêmica. Para explicar essa recorrência, levantamos como hipótese o fato de que, por ser ingressante no curso de Letras, o aluno ainda não sente segurança em posicionar-se como sujeito e pesquisador, além de não ter base e *status* suficiente para isso. Há, portanto, uma tentativa de impessoalização e/ou sustentação do texto, com o uso das vozes de autoridade de pesquisadores já reconhecidos no meio acadêmico. Com essa tentativa de deixar o texto mais objetivo, os discentes acabam não mostrando a relevância do seu trabalho e seu potencial como pesquisador, não levando em consideração aspectos bastante exigidos na vida acadêmica: atitude e criticidade.

Outro fato que deve ser levado em consideração é a falta de familiaridade dos estudantes iniciantes com esses gêneros. A escola, voltada primordialmente para o ensino de gramática, esquece de focalizar textos materializados em gêneros. Os alunos até conhecem gêneros usuais como carta, email, bilhete etc, mas não sabem suas especificidades, nem a vasta gama de gêneros existentes. Além disso, a produção textual também não é cobrada como deveria e quando é, serve apenas como pretexto para que o professor corrija erros de gramática e ortografia. Essas produções textuais solicitadas na escola, e mesmo nas aulas de Língua Portuguesa, não ensinam uma escrita formal e estruturada como as desenvolvidas na academia, nem fazem refletir sobre contexto, condições de produções, construção de sentido, argumentação etc. O que ocorre é que, ao ingressar na universidade e se deparar com a produção de gêneros acadêmicos, o aluno se vê diante de produções textuais que exigem uma maior autonomia e reflexão, diferentemente do que acontece nos estágios da escola básica (ensino médio e fundamental). É imprescindível, portanto, um ensino de língua pautado por um ensino concomitante de gêneros, para que os estudantes entendam que a língua é mais



vasta em ampla do que se pensa e como ela fornece recursos para a interação, desenvolvendo, desse modo, a competência lingüística dos mesmos e a noção de que linguagem e sociedade são conceitos totalmente imbricados. É preciso que os alunos se habituem a materializar seus discursos em “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIH, 1992) e que, ao ingressar em uma universidade, possam aprimorar ainda mais essa habilidade em suas atividades de escrita. Com esse progresso, é ainda mais fácil a chegada do que é produzido na universidade à sociedade de maneira geral, beneficiando a todos de modo concreto. Como sabemos, qualquer perspectiva de mudança só é possível por meio da educação. Se somos estudiosos da linguagem e sabemos a importância das habilidades de leitura e escrita, é necessário que lutemos para que essa realidade mude. Além de uma questão de letramento, é, antes de tudo, uma questão social.

## Referências

ADAM, Jean-Michel. **A lingüística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. **Gêneros discursivos acadêmicos: de quem é a voz?** Disponível em: <<http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/sl26/01.pdf>> Acesso em: 31 de maio de 2011

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. A (não) assunção da responsabilidade enunciativa pelo enunciador. In: SANTOS, Derivaldo dos; GALVÃO, Marise Adriana de Galvão; DIAS, Valdenides Cabral de Araújo (Orgs.). **Dizeres díspares: ensaios de literatura e linguística**. João Pessoa: Ideia, 2010.